



**PASSADO E PRESENTE**

**SE ENCONTRAM**

**EM JULGAMENTO**

# **BRASIL FINALMENTE ENFRENTA SEUS MONSTROS**

Pela primeira vez, um ex-presidente da República é julgado por tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito no Brasil. No banco dos réus, civis e militares formam cena inédita e dão recado institucional em defesa da democracia. **Confira como foi o primeiro dia do Julgamento do Golpe**

**focus**  
**BRASIL**

Fundação Perseu Abramo 02 de setembro de 2025 Nº 205

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

**Diretor de Comunicação:** Alberto Cantalice

**Coordenador de Comunicação:** Pedro Camarão

**Coordenador editorial:** Guto Alves

**Diagramação e Arte:** Nathalie Nascimento

**Colaboradores:** Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

## DIRETORIA EXECUTIVA

**Presidente:** Paulo Okamoto

**Vice-presidente:** Brenno César Gomes de Almeida

**Diretoras:** Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

**Diretores:** Alberto Cantalice, Alexandre Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Áraabe, Jorge Bittar e Valter Pomar

## CONSELHO CURADOR

**Presidenta:** Eleonora Menicucci

**Conselheiros:** Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

## SETORIAIS

**Coordenadores:** Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres), Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

## CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana  
São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

**Já está disponível para compra o novo livro do jornalista e dirigente político Alberto Cantalice.**

Intitulada Qual socialismo? A busca incessante por uma nova utopia, a obra faz uma análise profunda sobre os caminhos da esquerda no Brasil e no mundo, resgatando experiências históricas e propondo reflexões para o futuro do campo progressista.



Publicado pela Hucitec Editora, o livro pode ser adquirido diretamente no site da editora e na Amazon.

## »» PROGRAMA Reconexão Periferias

exibido quinzenalmente, às  
terças, 17h no canal da FPA

▶ ACOMPANHE : ▶ /FundacaoPerseuAbramo



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores





# Decisivo

Supremo julga Bolsonaro e aliados por tentativa de golpe em processo histórico. Cobertura do primeiro dia mostra gravidade das acusações e recado institucional em defesa da democracia. **pág. 04**

---

## **CAPA**

Julgamento de Bolsonaro no STF: Brasil enfrenta o passado e diz não ao golpe

**pág. 04**

“Covardia não é opção para pacificação”, diz Moraes em julgamento de Bolsonaro

**pág. 08**

Bolsonaro e os crimes que podem levá-lo à prisão: não é só pelo golpe

**pág. 09**

Julgamento de Bolsonaro repercute no mundo e expõe desafio à democracia brasileira

**pág. 11**

## **BRASIL**

Cursos gratuitos do Governo Federal somam milhares de matrículas; edição de áudio e vídeo é o mais procurado

**pág. 12**

Cartilha sobre COP30 coloca Amazônia no centro do debate sobre desenvolvimento sustentável;

**pág. 16**

7 de Setembro: soberania será nosso grito!

**pág. 19**

Morre Mino Carta, um dos maiores nomes do jornalismo brasileiro

**pág. 21**

## **POLÍTICA**

Brasileiros vão às ruas em 7 de setembro por democracia, soberania e justiça fiscal

**pág. 23**

CPMI vai enviar ao STF pedidos de prisões de acusados de fraudes no INSS

**pág. 25**

Julgamento de Bolsonaro no STF é marco da democracia

**pág. 26**



Tula Marques/Agência Brasil

# Julgamento de Bolsonaro no STF: Brasil enfrenta o passado e diz não ao golpe

Pela primeira vez, um ex-presidente da República é julgado por tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito. No banco dos réus, Bolsonaro e aliados militares respondem por trama golpista e planos de assassinato de autoridades

Guto Alves\*

\*Colaborou Kriska Karvalho, de Brasília (DF)

**P**ela primeira vez, um ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, será julgado por tentativa de abolição do Estado Democrático

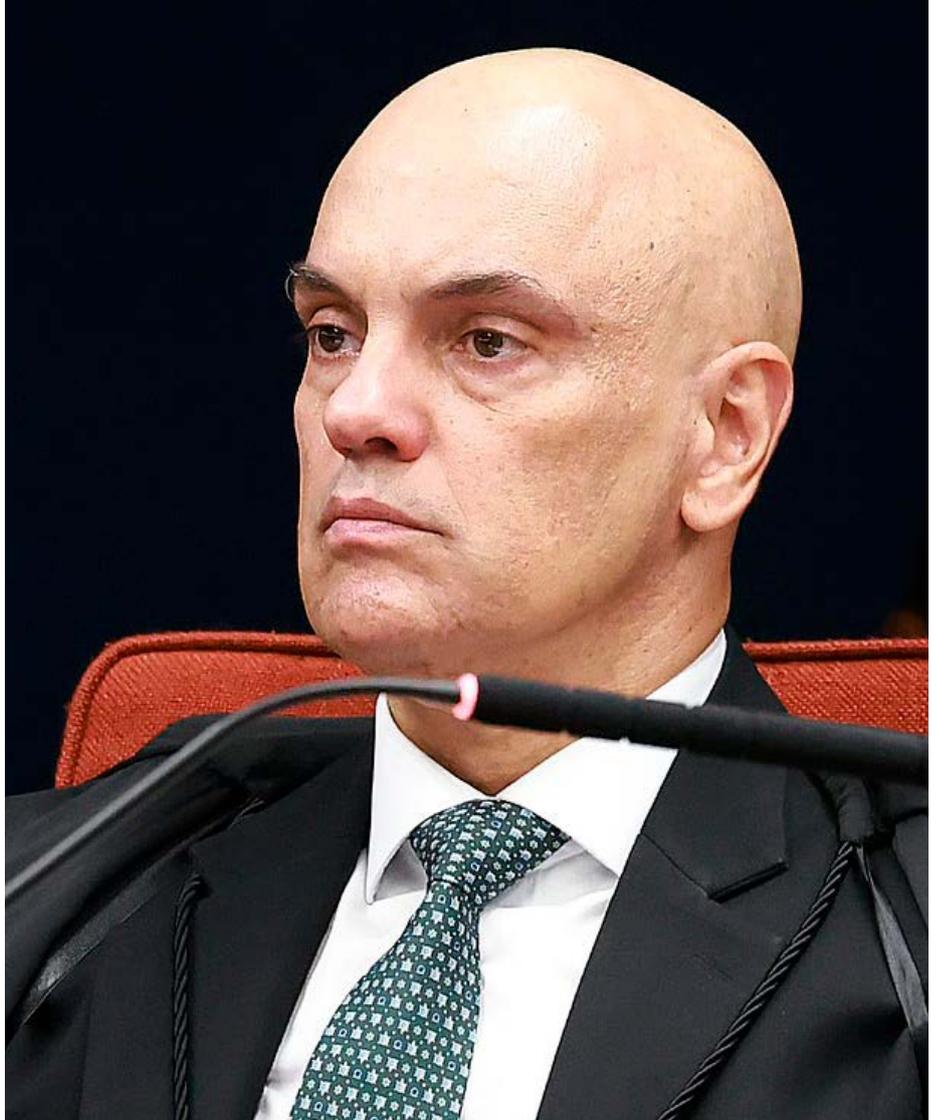
de Direito no Brasil. No banco dos réus, civis e militares compõem uma cena inédita, que agora já tomam conta de jornais, páginas em redes sociais, memes, mas o resultado do aguardado dia 2 de setembro é, em suma, um recado institucional forte em defesa da democracia.

O país que não puniu seus torturadores e ditadores do passado,

apesar dos gritos de “Ditadura nunca mais” e “não vai ter golpe” encara, agora, diante do Supremo, o fantasma de uma tentativa violenta de ruptura democrática, com relatos, inclusive, de planos que incluíam o assassinato do presidente eleito, do vice e de membros do Judiciário.

Estarão diante da Justiça o ex-presidente Jair Bolsonaro e

**Alexandre  
de Moraes:  
“A soberania  
nacional  
não será  
vilipendiada,  
negociada ou  
extorquida”.**



outros sete aliados, acusados de tentar um golpe de Estado após as eleições de 2022. A partir das 884 páginas do relatório da Polícia Federal (PF), eles responderão por organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça, além de deterioração de patrimônio tombado.

### **Um julgamento que fala de passado**

O processo que começa no julgamento de hoje não fala apenas de 2022 ou de 8 de janeiro de 2023. Ele rerepresenta uma linhagem de autoritarismo que sobreviveu intacta por décadas, mas que vieram à tona a revelia de seus autores: crimes da ditadura sem julgamento, violações registradas no relatório Brasil: Nunca Mais (1985), que documentou cente-

nas de casos de tortura a partir de arquivos militares, e a criação da Comissão Nacional da Verdade (2011–2014), que identificou 434 mortos e desaparecidos e responsabilizou 377 agentes do Estado. Nenhum deles, contudo, foi condenado.

Essa ausência de responsabilização foi reforçada pela Lei da Anistia de 1979, que blindou agentes da ditadura e garantiu décadas de impunidade. Apenas em 2021, mais de 40 anos depois, ocorreu a primeira condenação relacionada ao período: um torturador punido por crime de sequestro considerado contínuo. A demora histórica ajuda a dimensionar a importância do julgamento atual.

### **A presidência como puxadinho do golpe**

Agora, os réus são acusados de usar a Presidência e braços administrativos do Estado, como

a Abin, para tramar um golpe de Estado e monitorar jornalistas, opositores e políticos. A gravidade dos fatos dá o tom do horizonte que se abre: enfrentar os monstros do passado para afirmar, com a força da Constituição e de apelos populares.

Além de Bolsonaro, estão entre os réus nomes de peso da antiga cúpula militar e política: Alexandre Ramagem (ex-diretor da Abin, com parte das acusações suspensas por foro e respondendo a três dos cinco crimes), o almirante Almir Garnier (ex-comandante da Marinha), Anderson Torres (ex-ministro da Justiça), os generais Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Walter Braga Netto, e o tenente-coronel Mauro Cid (ex-ajudante de ordens).

O próprio governo Bolsonaro entrou para a história como o que mais abrigou militares desde a ditadura de 1964.

# Primeiro dia: entre a liturgia e os bastidores

O julgamento começou às 9h desta terça-feira (2), em sessão marcada pela leitura do relatório do ministro Alexandre de Moraes e pela peça acusatória apresentada pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet. A liturgia deu o tom da manhã, mas foram os bastidores que revelaram o clima da Corte.

A jornalista Kriska Carvalho, que acompanhou a sessão no andar de cima da Primeira Turma, descreveu o ambiente como de “pré-festa”: expectativa de desfecho e sensação de que o resultado já está encaminhado. A ausência da maioria dos réus decepcionou a imprensa — mais de 500 jornalistas estavam credenciados em Brasília — e frustrou quem esperava confronto direto.

Na saída da primeira parte, o advogado de Bolsonaro, Celso Villardi, evitou jornalistas. Já o defensor de Mauro Cid, Cezar Bitencourt, mostrou-se efusivo: afirmou estar feliz por “defender o Estado Democrático de Direito” e não escondeu a preocupação com a delação premiada de seu cliente. Ao cumprimentar os ministros, exagerou nos elogios e chegou a chamar Luiz Fux de “atraente”, arrancando risos e comentários irônicos entre repórteres.

Outros defensores também buscaram teatralidade. O advoga-

do de Alexandre Ramage tentou dissociar seu cliente da trama golpista com tom quase cinematográfico: “eles arquitetaram, planejaram, organizaram, tentaram... MAS RAMAGEM NÃO”. Recebeu, porém, corte seco da ministra Cármen Lúcia: “Uma coisa é eleição com processo auditável, outra é voto impresso. Vossa senhoria usa como se fosse a mesma coisa. Isso é dito para criar confusão na cabeça do brasileiro e colocar em cheque o sistema eleitoral”.

O advogado do almirante Almir Garnier gastou longos minutos elogiando o currículo dos ministros do STF, em tom interpretado como bajulação. Chegou a lembrar que cigarros funcionam como moeda de troca nas prisões, oferecendo-se a levar o produto para Bolsonaro caso condenado.

## Defesas divididas e recados firmes do STF

A defesa de Anderson Torres, conduzida por Eumar Novacki, buscou robustez nos argumentos: negou envolvimento de seu cliente e apresentou documentos de viagem planejada meses antes do 8 de janeiro. Afirmou ainda que a “minuta do golpe” não tinha valor jurídico. O discurso, porém, não afastou a lembrança de que o ex-ministro era secretário de Segurança do DF quando ocorreu a

invasão aos Três Poderes.

No plenário, Moraes foi incisivo. Afirmou que o julgamento não pode ser confundido com autoritarismo: “A pacificação depende do respeito à Constituição, das leis e do fortalecimento das instituições, e não da covardia do apaziguamento”. O ministro ainda rebateu pressões externas: “A soberania nacional não pode, não deve e jamais será vilipendiada, negociada ou extorquida”.

## O papel da PGR e a acusação de trama golpista

Coube a Paulo Gonet reforçar a espinha dorsal da acusação. “Não é preciso esforço intelectual extraordinário para reconhecer que, quando o presidente da República e depois o ministro da Defesa convocam a cúpula militar para apresentar documento de formalização de golpe de Estado, o processo criminoso já está em curso”, disse.

Gonet listou manuscritos, mensagens, gravações de reuniões ministeriais e discursos públicos como provas. Ressaltou que não punir tentativas de golpe é abrir espaço para novos atentados contra a democracia. “O recrudescimento do autoritarismo ocorre quando não há responsabilização”, afirmou.



# Consequências para militares e para o bolsonarismo

As possíveis condenações vão além da prisão. Especialistas em direito militar lembram que, em caso de penas superiores a dois anos, os réus militares podem perder patentes. O processo envolve trâmites em Conselhos de Justificação das Forças, mas o efeito político é imediato: o Brasil pode assistir à primeira perda

formal de postos militares de alta patente por crimes contra a democracia.

O julgamento também redefine o futuro do bolsonarismo. Jair Bolsonaro já está inelegível até 2030, mas agora enfrenta o risco real de prisão e de entrar para a história como o primeiro ex-presidente condenado por tentativa de golpe. Para muitos analistas,

a responsabilização rompe um ciclo de impunidade que atravessou gerações, do golpe de 1964 aos atentados do Riocentro em 1981.

Se condenado, Bolsonaro se tornará símbolo de um divisor de águas: a transição de um Brasil marcado pela impunidade para um país capaz de afirmar que democracia não é negociável.



## Como e quando assistir?

Você pode acompanhar o julgamento no site e no canal da BBC News Brasil no YouTube, com transmissão oficial do STF.

O Supremo recebeu mais de 3,3 mil inscrições de pessoas interessadas em assistir presencialmente, mas apenas 150 lugares foram disponibilizados.

As sessões estão programadas para:

- ▶ **02/09** | terça-feira | **9h-19h**
- ▶ **03/09** | quarta-feira | **9h-12h**
- ▶ **09/09** | terça-feira | **9h-19h**
- ▶ **10/09** | quarta-feira | **9h-12h**
- ▶ **12/09** | sexta-feira | **9h-19h**



## “Covardia não é opção para pacificação”, diz Moraes em julgamento de Bolsonaro

Na abertura dos trabalhos, ministro do STF diz que “impunidade, a omissão e a covardia não são opções para a pacificação”

Claudia Rocha

**N**a abertura dos trabalhos da sessão desta terça-feira (2), o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, relator da ação penal que julga o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros sete réus por tentativa de golpe de Estado, leu o relatório que descreve os caminhos do processo desde que a corte aceitou a denúncia da PGR, a Procuradoria Geral da República.

Em sua leitura, o ministro destacou a ausência de nulidades processuais e citou tentativas de obstrução de Justiça durante o caso, além de apontar como válido o processo de delação de Mauro Cid.

O documento (sem análise de mérito) ressalta que foram rejeitadas as alegações das defesas sobre suspeição dele e dos ministros Flávio Dino e Cristiano Zanin.

Moraes também diferenciou em sua fala os aspectos técnicos do processo e a condenação polí-

tica da ruptura democrática. Declarou que não houve cerceamento da ampla defesa no acesso de conteúdos do processo.

“Os advogados devidamente constituídos, ainda durante a investigação criminal, e logo após as medidas cautelares realizadas, tiveram várias vezes acesso à íntegra dos autos e dos documentos probatórios. As defesas tiveram acesso aos mesmos elementos probatórios utilizados pelo Ministério Público para o oferecimento da denúncia, cerceamento de defesa inexistente”, afirmou.

### Tentativa de golpe em julgamento histórico

Alexandre de Moraes condenou a tentativa de ruptura democrática, e afirmou que “a história nos ensina que a impunidade, a omissão e a covardia não são opções para a pacificação”. Para o ministro do STF, a verdadeira pacificação depende do respeito à Constituição, da aplicação das leis e do fortalecimento das instituições, “e não da covardia do apaziguamento”.

Em seu relato, o ministro afirmou que a Corte reconheceu a

legalidade do inquérito da Polícia Federal que embasou a denúncia da PGR - e explicou o teor da peça da procuradoria que pede a condenação de 8 réus e aponta Bolsonaro como líder da organização criminosa, que atuou entre 2021 e 2023, para impedir a “alternância de poderes” em uma tentativa de golpe de Estado.

Além de Bolsonaro, estão no banco dos réus Augusto Heleno (ex-ministro do GSI), Alexandre Ramagem (ex-diretor da ABIN), Anderson Torres (ex-ministro da Justiça), Almir Garnier (ex-comandante da Marinha) e Walter Braga Netto (ex-ministro da Casa Civil).

Os crimes apontados para julgamento foram: 1) tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito (pena de 4 a 8 anos); 2) tentativa de golpe de Estado (pena de 4 a 12 anos); 3) participação em organização criminosa armada (pena de 3 a 8 anos, podendo chegar a 17 anos com agravantes); 4) dano qualificado (pena de 6 meses a 3 anos); 5) deterioração de patrimônio tombado (pena de 1 a 3 anos).

“A Suprema Corte só têm a lamentar que na história republicana brasileira se tenha novamente tentado um golpe de Estado, atentando-se contra as instituições e a própria democracia, pretendendo-se a instalação de um Estado de exceção e uma verdadeira ditadura. A sociedade brasileira e as instituições mostraram sua força, mostraram sua resiliência e em que pese a lamentável manutenção de uma nociva, radical e violenta polarização política com tristes reflexos, todos nós brasileiros e brasileiras devemos afastar com todas as nossas forças e empenho a tentativa de qualquer quebra da institucionalidade”, disse Alexandre de Moraes.

**Alexandre de Moraes lê relatório da ação penal 2668 - Núcleo I**



Reprodução/Agência Brasil

## Bolsonaro e os crimes que podem levá-lo à prisão: não é só pelo golpe

A cada nova denúncia, cresce a possibilidade de que o ex-presidente seja condenado em processos criminais que vão muito além da tentativa de golpe de Estado

Henrique Nunes

**J**air Bolsonaro, ex-presidente da República, enfrenta uma série de acusações formais que, somadas, podem resultar em décadas de reclusão. Elas abrangem desde condutas durante a pandemia de COVID-19 até uma trama para perpetuar-se no poder após sua derrota eleitoral em 2022.

Desde que deixou o Palácio do Planalto, Bolsonaro passou de figura central da política nacional a réu em diferentes instâncias, sendo alvo de inquéritos da Polícia Federal, da Procuradoria-Geral da República (PGR) e de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). A cada nova denúncia, cresce a possibilidade de que o ex-presi-

dente seja condenado em processos criminais que podem mudar a história política recente do Brasil.

Impacto político e divisor de águas

Os desdobramentos judiciais também impactam diretamente o cenário político. Bolsonaro já foi declarado inelegível até 2030 pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação. Agora, além da inelegibilidade, ele pode enfrentar longas penas de prisão, o que colocaria em xeque o futuro do bolsonarismo como força eleitoral de alcance nacional.

O conjunto de acusações que pesa sobre o ex-presidente é inédito na história democrática brasileira. Nenhum outro chefe de Estado eleito pelo voto direto

respondeu a tantas investigações criminais de tamanha gravidade, que vão de crimes contra a saúde pública a crimes contra a democracia, passando por corrupção e peculato. Para juristas e especialistas em direito penal, trata-se de um divisor de águas sobre até onde deve ir a responsabilização de líderes políticos no país.

A cada nova revelação, fica mais claro que os atos de Bolsonaro ultrapassaram a esfera da disputa eleitoral e atingiram pilares do Estado Democrático de Direito. As denúncias relacionadas à pandemia e às tentativas de golpe mostram que o ex-presidente não apenas atuou de forma negligente, mas também buscou abertamente subverter as instituições quando sua permanência no poder foi ameaçada.

# Principais crimes atribuídos a Jair Bolsonaro

## Durante a pandemia de COVID-19

- Crime de epidemia com resultado de morte – ao estimular a contaminação pela chamada imunidade de rebanho.
- Infração de medida sanitária preventiva – ao recusar-se a usar máscara e estimular aglomerações.
- Emprego irregular de verba pública – no financiamento de campanhas para medicamentos ineficazes.
- Incitação ao crime – ao incentivar ataques contra instituições e opositores.
- Falsificação de documentos particulares – ao usar relatórios adulterados do TCU para questionar vacinas.
- Charlatanismo – por promover medicamentos comprovadamente ineficazes.
- Prevaricação – ao não agir diante de denúncias de corrupção na compra de vacinas.
- Crime contra a humanidade – ao negligenciar deliberadamente políticas de combate à pandemia.
- Crime de responsabilidade – por omissão e condutas incompatíveis com o cargo.

## Caso das joias e presentes oficiais

- Peculato – apropriação de bens públicos recebidos em nome do Estado brasileiro.
- Lavagem de dinheiro – tentativa de ocultar a origem e a venda das joias.
- Associação criminosa – atuação em conjunto com auxiliares para desviar e negociar presentes oficiais.

## Tentativa de golpe e ataques à democracia

- Organização criminosa armada – articulação com militares e civis para fraudar a ordem democrática.
- Tentativa de golpe de Estado – elaboração de decreto de intervenção para reverter a eleição.
- Abolição violenta do Estado Democrático de Direito – incentivo a atos de 8 de janeiro e ataques às instituições.
- Dano qualificado ao patrimônio público – destruição causada por invasores em Brasília.
- Deterioração de patrimônio tombado – depredação de bens históricos durante os ataques.
- Conspiração para homicídio – investigação aponta plano para assassinar Lula, Alckmin e Alexandre de Moraes (“Punhal Verde e Amarelo”).



# Julgamento de Bolsonaro repercute no mundo e expõe desafio à democracia brasileira

Veículos como o Financial Times, El País, The Guardian e Reuters destacaram o caráter sem precedentes do caso e sua ressonância transnacional

Henrique Nunes

**A** abertura da fase final do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal ganhou amplíssima cobertura na imprensa internacional e acentuou uma crise diplomática entre Brasil e Estados Unidos.

O julgamento, que se estende até 12 de setembro de 2025, foi visto como um marco histórico na consolidação da democracia no país. Veículos como o Financial Times, El País, The Guardian e Reuters destacaram o caráter sem precedentes do caso e sua ressonância transnacional.

Na imprensa europeia, o processo foi retratado como um teste de maturidade institucional.

O El País o chamou de “julgamento histórico”, salientando que

Bolsonaro e sete ex-auxiliares estão sendo julgados por trama golpista com penas que podem alcançar 43 anos de prisão.

O Guardian foi além, qualificando o processo como um divisor de águas para a democracia brasileira, apontando que é a primeira vez que figuras tão poderosas enfrentam Justiça por tentarem subverter a ordem democrática.

Já o Financial Times ressaltou que o julgamento ocorre em meio à deterioração das relações com os Estados Unidos e pode acelerar mudanças na política externa brasileira.

## Reações dos EUA e análises jurídicas

A cobertura estadunidense também foi intensa. A Reuters destacou que o julgamento está cercado por medidas punitivas do governo Trump - incluindo tarifas de 50% sobre exportações brasileiras, revogação de vistos e

sanções econômicas contra ministros do STF como Alexandre de Moraes - catalogando o momento como um dos mais tensos em décadas nas relações bilaterais.

No terreno jurídico, publicações como a NPR, El País, The New York Times, Washington Post e Le Monde sublinharam o caráter inédito do episódio. A NPR definiu o julgamento como “histórico”, por ser a primeira vez que um ex-chefe de Estado responde criminalmente por tentativa de golpismo.

O New York Times e o El País realçaram a importância simbólica da responsabilização de Bolsonaro por tentar “desmantelar a democracia brasileira” e citaram como evidência a colaboração decisiva de Mauro Cid. O Guardian alertou para o risco de “esquecimento político” e o vazio que poderia se formar na extrema-direita caso Bolsonaro seja condenado.

Além do jornalismo impresso, canais públicos também deram destaque. A BBC construiu uma linha cronológica dos eventos investigativos, destacando a robustez institucional do STF. O francês Le Monde lembrou que o Brasil ainda carrega as cicatrizes da ditadura militar e que este julgamento representa uma ruptura com esse passado.

O argentino Clarín e o mexicano El Universal enfatizaram o marco histórico, ressaltando que jamais desde a redemocratização um ex-presidente foi julgado por tentativa de golpe.

A imprensa especializada e universidades também entraram no debate: Steven Levitsky, cientista político de Harvard, classificou o julgamento como “um marco de resiliência institucional”, reforçando a democracia brasileira num comparativo com os Estados Unidos. A revista The Economist também elogiou a solidez do Judiciário brasileiro diante de pressões externas.



# Cursos gratuitos do Governo Federal somam milhares de matrículas; edição de áudio e vídeo é o mais procurado

Governo Federal fortalece a qualificação profissional gratuita com plataformas e programas dos ministérios da Cultura, Educação, Saúde e Trabalho, somando milhões de matrículas e ampliando oportunidades em diversas áreas do conhecimento

Fernanda Otero

**O** Governo Federal amplia a oferta de cursos de qualificação profissional com programas de educação a distância e híbridos. Com ampla

variedade de formações, as oportunidades contemplam agentes culturais, estudantes, professores, trabalhadores e profissionais da saúde, por meio de iniciativas estruturadas dentro de diversos ministérios.

Os programas de qualificação oferecidos pelos ministérios da Cultura, da Educação, da Saúde e

do Trabalho e Emprego têm papel estratégico no desenvolvimento social e econômico do país.

Ao ampliar o acesso a cursos técnicos, formações continuadas e capacitações específicas, essas iniciativas contribuem para a geração de emprego e renda, reduzem desigualdades e fortalecem a cidadania.



Ambiente virtual do Ministério da Educação tem 22 novas formações em diversas áreas de conhecimento. Cursos on-line são gratuitos e abertos a toda a população

O Brasil avança em seu compromisso com a qualificação de diversos segmentos da população por meio de ações específicas desses quatro ministérios. Além de preparar trabalhadores e gestores para os desafios do mercado de trabalho e da gestão pública, os programas elevam a qualidade dos serviços prestados à população e valorizam a diversidade cultural.

### **Formação gratuita em todo o país**

No Ministério da Cultura, o impacto da oferta é direto: profissionais mais preparados resultam em melhores políticas públicas, maior inovação no setor produtivo e uma sociedade mais inclusiva e participativa.

Como destaca o diretor de Políticas para Trabalhadores da Cultura e da Economia Criativa, Deryk Vieira Santana, “o fomento é um processo fundamental. Todo

**Milhões de  
brasileiros  
já acessam  
plataformas  
de ensino a  
distância e  
híbrido lançadas  
pelo Governo  
Federal**

país que cresce, que expande o seu soft power, investe em formação, em cultura, em fomento, direto ou indireto”.

Criada em julho de 2024, em parceria com o Instituto Federal de Goiás, a plataforma Escult, Escola Solano Trindade de Formação e Qualificação Técnica Artística e Cultural, disponibiliza cursos livres, de Formação Inicial e Continuada (FIC) e especializações online, com diversos temas relacionados à cultura. Para o diretor, que também é educador e gestor cultural, “uma das coisas que foram mais atacadas no governo anterior foi o investimento na cultura”, formalizado pelo desmonte do MinC.

Ao criar a Escult, o governo do presidente Lula garante que a formação de mais profissionais reverta-se na garantia dos direitos culturais das pessoas.

“Enquanto a oposição tem falado, inclusive, em revogação da



Deryk Vieira Santana, diretor do MinC: “Todo país que cresce investe em formação e cultura, em fomento, direto ou indireto”.

Lei Rouanet para construir novos presídios, nós estamos trabalhando numa outra perspectiva de formar, por exemplo, egressos no sistema prisional, de combater a violência, mas oferecendo mais cultura. Esse é o melhor caminho que nós temos”, afirma.

Santana destaca também que a modalidade de ensino a distância é ideal para o Brasil. “Uma pesquisa do IPEA revelou que a força de trabalho que nós perdemos durante a pandemia, nós levaríamos até 10 anos para recompor, por isso o Ministério precisava alcançar mais lugares”, diz o diretor. O MinC mapeou as demandas de cursos do mundo do trabalho, da cultura e da economia criativa para montar a Escult, que iniciou suas atividades em julho de 2024.

Os números dão a dimensão do avanço: a Escola Solano Trindade possui atualmente 470 mil matrículas, mais de 30 mil estudantes certificados e presença em todos os 27 estados da federação, além de mais de 45 países. O curso mais

procurado é o de Edição de Áudio e Vídeo, com 17 mil alunos.

Na linha da Lei Aldir Blanc, foram lançados três programas estruturantes: Apoio a Ações Continuadas, Formação em Gestão Pública de Cultura e INFRACultura, voltados, respectivamente, à manutenção de iniciativas culturais, à qualificação de gestores públicos e à requalificação de espaços culturais.

### **Educação digital garante qualidade no ensino à distância**

O MEC desenvolve uma ampla gama de programas voltados à formação profissional, técnica e docente. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado em 2011, oferece bolsas integrais ou parciais para cursos técnicos e de qualificação profissional com o objetivo de democratizar o acesso à educação profissional e tecnológica.

Dentro do Pronatec, destaca-se o Brasil Profissionalizado, que fortalece o ensino médio integrado à educação profissional por meio da modernização e expansão de escolas técnicas estaduais.

Para professores, há programas como o PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica), oferecido em parceria com as redes estaduais e CAPES/UAB. O Gestar II e a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores oferecem formação continuada em áreas como português e matemática para professores do ensino fundamental. Programas como o Pibid (iniciação à docência) e o Profucionário (formação em serviço de profissionais da educação básica) também fortalecem o quadro docente no país.

### **Conheça o ambiente virtual de aprendizagem do MEC**

O AVAMEC, Ambiente Virtual

de Aprendizagem do Ministério da Educação (MEC), oferece cursos a distância para profissionais da educação, como professores e gestores, focando em temas como formação continuada, novas tecnologias e diretrizes curriculares.

Diversas redes de ensino espalhadas pelo Brasil utilizam os cursos do Avamec para realizarem encontros de formação presencial. Desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, passando por discussões das modalidades da Educação Básica e tópicos específicos para a gestão escolar, ela contribui para o aprimoramento da prática profissional em Educação Básica em todo o país. Oferece 396 cursos administrados por 55 instituições e possui mais de 2,7 milhões de usuários.

A plataforma Aprenda Mais foi reformulada e ampliada em 2024. Oferece mais de 250 capacitações de curta duração no formato de cursos abertos, on-line e massivos (Mooc) em diversas áreas de conhecimento.

Os cursos são desenvolvidos por instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. As ofertas são destinadas a toda a população e têm como objetivo ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica (EPT).

Os cursos de línguas do Aprenda Mais merecem destaque. O programa de capacitação em língua estrangeira do MEC, Idiomas sem Fronteiras, disponibiliza cursos gratuitos e online de inglês, espanhol, francês e português para estrangeiros.

A Deputada Federal Benedita da Silva, do Rio de Janeiro, aprovou o formato e está fazendo aulas de inglês. “Eu comecei essa aula, ainda estou no início, mas tenho feito meus testes de conhecimento aos poucos e tenho tido bons resultados, estou gostando do curso e aconselho todas as pes-

soas porque não tem idade pra gente aprender. O conhecimento não tem idade. Basta você querer!”, aconselha ela.

## Programas integrados

O Ministério da Saúde conduz programas de capacitação para profissionais do SUS através da

**Capacitação  
gratuita chega a  
todos os estados  
e até brasileiros  
no exterior, com  
alcance global  
inédito**

UNA-SUS (Universidade Aberta do SUS), criada em 2010. A UNA-SUS oferece cursos gratuitos de educação permanente para trabalhadores da saúde, com mais de 370 cursos e um vasto acervo digital.

O MTE articula diversas iniciativas de qualificação profissional para trabalhadores. A política de Qualificação Profissional, alinhada ao Plano Nacional de Qualificação, busca universalizar o acesso a cursos de qualificação e institucionalizar modalidades a distância. Através da Escola do Trabalhador 4.0, os interessados

podem optar entre nove categorias temáticas de estudo.

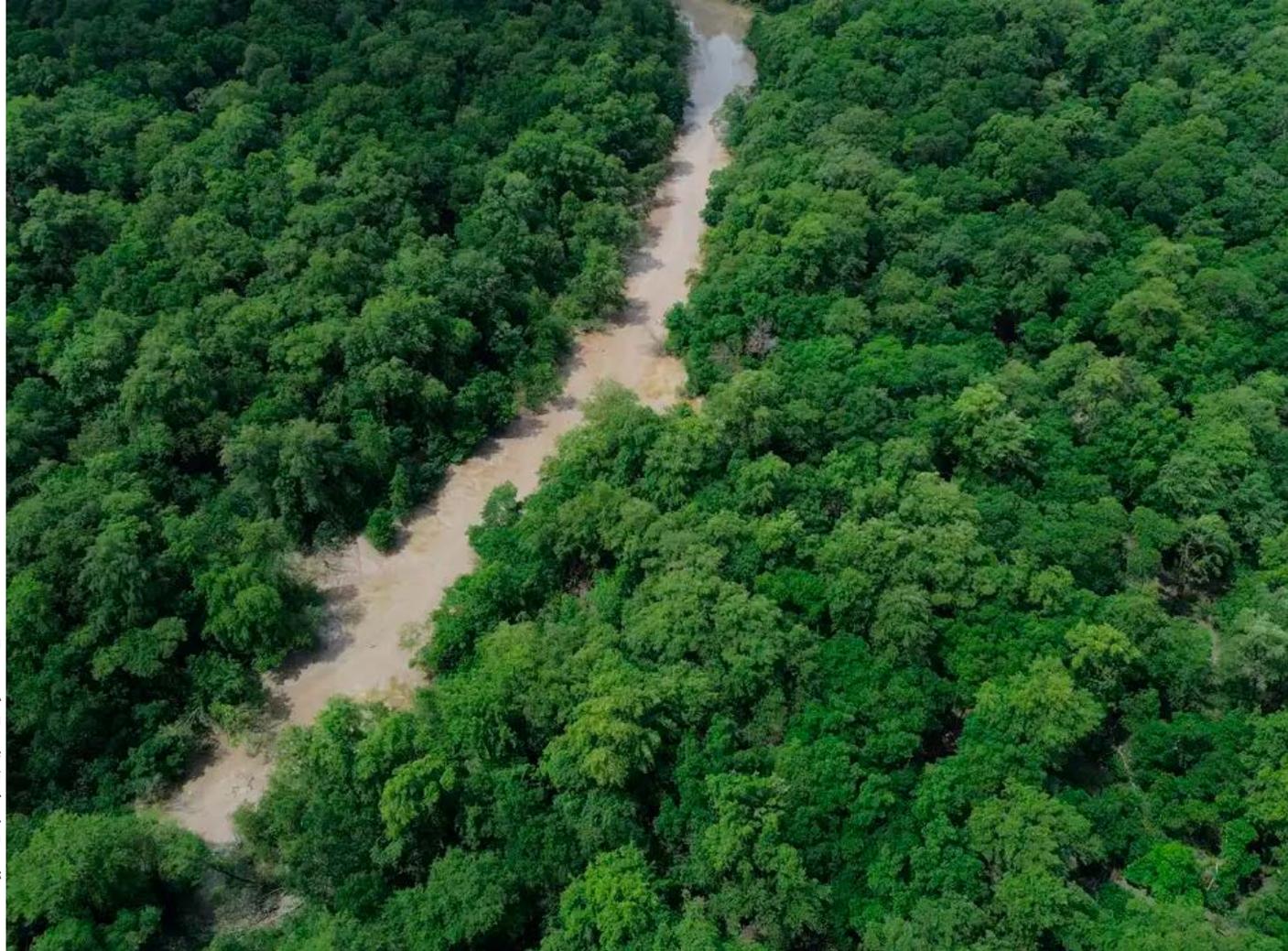
O Programa Manuel Querino (PMQ) oferece qualificações sociais e profissionais, certificação e fomento à geração de renda, com ações no SINE e Seguro-Desemprego. Com coordenação da Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC), os cursos atendem três áreas de conhecimento: Condutor de Turismo em Espaço Cultural; Eletricista de Sistemas de Energias Renováveis e Assistente de Produção Cultural.

O programa Seja Pro+, lançado em 2025 em parceria com o Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (CN-Sesi) e o Departamento Nacional do Serviço Social da Indústria (DN-Sesi) com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI), oferece formação gratuita para jovens e adultos, combinando elevação da escolaridade e capacitação técnica, com certificação garantida.

## ENAP

Além dos programas desenvolvidos e ofertados por estes quatro ministérios, a tradicional Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), criada em 1986, também integra a rede de formação gratuita. Vinculada ao Ministério do Planejamento, a instituição desenvolve competências dos servidores públicos e amplia a capacidade de gestão das políticas públicas. Apesar do público-alvo principal ser servidores e empregados públicos, alguns cursos são abertos a todos os interessados.

Para Deryk Vieira Santana, o impacto da formação é estrutural: “Todo país que cresce, que expande o seu soft power, investe em formação, em cultura, em fomento, direto ou indireto. Esse é o melhor caminho que nós temos.” ■



# Cartilha sobre COP30 coloca Amazônia no centro do debate sobre desenvolvimento sustentável;

Desenvolvida a partir dos trabalhos de grupo de especialistas da região, publicação subsidia debate sobre modelo econômico local e sustentabilidade; faça o download aqui

Claudia Rocha

**E**m funcionamento desde o início do ano, com a realização de reuniões, seminários e debates, o Grupo de Trabalho da Amazônia da Fundação Perseu Abramo lança agora a publicação “COP 30 e o Desenvolvimento na Amazônia”. Você pode acessar e realizar o download do documento aqui.

O objetivo é subsidiar as dis-

cussões sobre o assunto, não só no âmbito do evento internacional que irá ocorrer em novembro, na capital paraense, mas na perspectiva de promover conversas aprofundadas sobre o modelo econômico na região com centralidade na melhoria de vida para a população local.

“Trabalhamos para atualizar o nosso discurso perante a sociedade. Precisamos articular o tema do meio ambiente com o desenvolvimento, a preservação das florestas com uma perspecti-

va de futuro. Isso é fundamental, queremos dialogar com as pessoas que estão nas cidades da região Norte”, diz Paulo Okamoto, presidente da fundação.

Com o lema “floresta em pé, com os brasileiros da Amazônia também em pé”, a cartilha aborda 13 pontos para compreensão de um discurso que alia a preocupação com as questões climáticas com a necessidade de desenvolver economicamente a região a partir de pilares como: a importância da integração regional com os

# COP30 E O DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA

## SUBSÍDIOS PARA O DEBATE



países que compõem o bioma, a consolidação de um mercado por meio de produtos locais, o uso da ciência e das novas tecnologias, a segurança das fronteiras e o protagonismo do povo amazônico.

### **Sociobioeconomia no centro**

Para entender o que está em jogo e as possibilidades de atuação, a publicação traz o conceito da sociobioeconomia, que é um campo interdisciplinar que estuda as interações complexas entre fatores sociais, biológicos e econômicos na formação e funcionamento de uma sociedade, buscando compreender como esses fatores influenciam e são influenciados uns pelos outros.

O conceito-chave ganhou for-

ça como um contraponto a um modelo de destruição da floresta, comenta Pedro Silva Barros, que coordena os trabalhos do grupo e é conselheiro da FPA. Pesquisador do IPEA, na liderança do projeto “Integração Regional: o Brasil e a América do Sul”, ele fala sobre a equação entre preservação e desenvolvimento.

“O modelo de mineração, que é muito importante e cresceu nas últimas décadas no Pará, e também o da produção de soja e pecuária não podem ter a mesma velocidade de crescimento nas próximas duas décadas porque isso implicaria em uma destruição de áreas muito maiores de florestas. O que temos como desafio é diversificar a produção e desconcentrar, não só em minério, gado e soja, mas também com

produtos da bioeconomia”, afirma Pedro Silva Barros.

O pesquisador destaca que atualmente, uma fração muito pequena de produtos compatíveis com a floresta é produzida na Amazônia, então, ainda existe um espaço muito grande no mercado mundial. “Ficamos anestesiados em ciclos econômicos como o da borracha e do agronegócio, com pouca diversidade de produção”, pontua.

Para exemplificar, ele cita o caso da castanha-do-Brasil, que é mais conhecida como castanha-do-Pará. O país produz o equivalente a 5% do mercado mundial, enquanto a vizinha Bolívia abocanha cerca de 50% das exportações.

A saída para a ampliação da variedade de produção local pas-

sa por questões fundiárias, segundo Esther Bemerguy, integrante do GT da Amazônia. “A sustentabilidade na Amazônia está relacionada à posse e gestão da terra. Essa precisa ser a nossa questão. Se conseguíssemos considerar isso como crucial para as mudanças climáticas e para a economia na Amazônia, já poderíamos nos dar por satisfeitos”, comentou em evento sobre Justiça Climática realizado no Encontro Nacional do PT no mês passado.

A economista, com atuação na gestão pública, e, assim como Pedro Silva Barros, conselheira da fundação, apontou que a diversidade biológica da região é fruto da inovação tecnológica de comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas e ribeirinhos extrativistas.

Outro ponto de atenção para entender o contexto econômico atual está relacionado à distribuição das pessoas no território. No período entre 2010 e 2022, a região Norte foi a que apresentou o maior aumento na taxa de urbanização no país. Isso ocorre, segundo Pedro Silva Barros, devido a problemas de infraestrutura, comunicação e serviços públicos no interior dos estados da região.

De acordo com o último censo do IBGE, o Norte apresenta a maior fatia dos que vivem em favelas no Brasil, 19% da população. A taxa de favelização nas capitais Belém (PA) e Manaus (AM) supera os 50%.

## **COP30 em Belém**

Segundo o texto da cartilha, “a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Belém do Pará, representa muito mais do que a escolha de uma sede: trata-se de uma oportunidade histórica para posicionar a Amazônia como cen-

tro de uma nova agenda global de desenvolvimento sustentável”.

Na síntese do grupo sobre o tema, aparece que “ao sediar a COP30, o Brasil assume o papel de líder na agenda de enfrentamento da crise climática e nas propostas para transição energética, buscando soluções que rompam com a histórica dicotomia entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental”.

Para Pedro Silva Barros, é importante que apareça na discussão que, apesar da COP ser na Amazônia, as decisões sobre o futuro da região pertencem aos países que integram o bioma (Brasil, Peru, Venezuela, Colômbia, Bolívia, Guianas, Suriname, Equador).

“A COP não vai discutir o futuro da Amazônia, ela vai discutir o futuro do mundo, as mudanças climáticas e as formas de financiar as políticas necessárias para evitar uma catástrofe climática e ambiental, mas, a soberania amazônica não está em questão”, defende Pedro Silva Barros.

Para que isso seja reafirmado é importante fortalecer os instrumentos de governança com os países vizinhos, em especial, a OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. O último encontro do grupo ocorreu há duas semanas em Bogotá, na Colômbia.

“O mundo se comprometeu a uma quantidade de recursos enormes para evitar o colapso climático, mas os dados indicam que menos de 25% do que foi acordado no Acordo de Paris foi desembolsado”, lembra o pesquisador, que destaca ainda a postura do presidente dos Estados Unidos no esvaziamento dos espaços de cooperação internacional e o papel do Brasil ao reafirmar os valores do multilateralismo.

Sobre a proposta de congelamento total das emissões, Pedro

Silva Barros aponta que o consumo per capita de energia na Amazônia, por exemplo, é muito abaixo da média mundial, e que é importante que seja construído um mecanismo que considere essa assimetria e traga o compromisso com a diminuição das desigualdades entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

“Defendemos que a Amazônia não é um santuário, a questão não é deixá-la intocada, isso é fundamental para garantir vida digna para os brasileiros que vivem lá” e completa: “manter a floresta em pé na Amazônia para que o resto do mundo viva bem, mas quem vive na Amazônia não tenha acesso às oportunidades de desenvolvimento não é aceitável”. ■

**Download da  
cartilha “COP 30 e o  
Desenvolvimento na  
Amazônia”**

## **Sobre a publicação**

Os 13 pontos apresentados na publicação são: 1) A importância estratégica da COP30 na Amazônia; 2) Sociobioeconomia como modelo de desenvolvimento; 3) Desafios históricos da economia amazônica; 4) Integração regional e cooperação multilateral; 5) Energia sustentável como alicerce; 6) Educação e Ciência para fixação de talentos; 7) Protagonismo dos povos amazônicos; 8) O papel do Estado e governança inovadora; 9) Retomada das políticas públicas estruturantes; 10) Dados de mercado e oportunidades perdidas; 11) Segurança e desenvolvimento em fronteiras; 12) Justiça climática e inclusão social; 13) Legado da COP30: um novo multilateralismo.



# 7 de Setembro: soberania será nosso grito!

Em artigo, Raimundo Bonfim, coordenador nacional da Central de Movimentos Populares (CMP), defende o 7 de Setembro como dia de luta por soberania, justiça social e participação popular

Raimundo Bonfim

**O** 7 de Setembro deste ano deve ser mais do que uma data oficial no calendário, de comemorações pela independência. Deve ser um dia de luta e mobilização em defesa de uma verdadeira independência, pela soberania, direitos e justiça tributária e social.

Enquanto setores conservadores e de direita tentam sequestrar essa data com mentiras, discursos

autoritários e ataques ao presidente Lula, defendendo o tarifação dos EUA, nós, dos movimentos populares, iremos às ruas para resgatar o verdadeiro sentido desse dia: o grito será pela nossa soberania popular e pelos direitos do povo.

Estamos diante de uma conjuntura complexa e perigosa, com o avanço do fascismo no mundo e no Brasil. A extrema-direita tenta se fortalecer sob a liderança de Trump, que apoia no Brasil a família Bolsonaro e o fascismo, com o objetivo de eleger em 2026 um presidente alinhado aos interes-

ses do capitalismo, especialmente aos interesses dos EUA. O Brasil e seu povo estão sendo traídos e sabotados por aqueles que, até recentemente, se diziam patriotas.

Nós não vamos nos calar. Vamos defender a soberania nacional e o Brasil. Nosso país não é quintal dos EUA. O Brasil ainda carrega marcas profundas das políticas de destruição do Estado durante os governos Temer e Bolsonaro, da venda do patrimônio público e da entrega de empresas estratégicas como a Eletrobras. A direita mundial e brasileira tenta, a qualquer custo, subordinar o



Wilson Dias/Agência Brasil

nosso país aos interesses do capital. Querem transformar o Brasil numa colônia do capital especulativo, onde poucos ganham e milhões perdem.

Por isso, para os movimentos populares, o 7 de Setembro não será uma celebração vazia. Será um dia de combate e luta da classe trabalhadora, de mobilização por todo o país. As frentes Brasil Popular, Povo Sem Medo, Fórum das Centrais Sindicais e Articulação Nacional do Grito dos Excluídos/as estão convocando um dia nacional de mobilização no 7 de Setembro, com o mote: “Quem manda no Brasil é o povo brasileiro”. Estaremos nas ruas em diversas cidades, de norte a sul do país, com atos, caminhadas, panfletagens e manifestações públicas.

Nosso país nunca foi tão atacado. E tudo para defender a família Bolsonaro e se apropriar de nos-

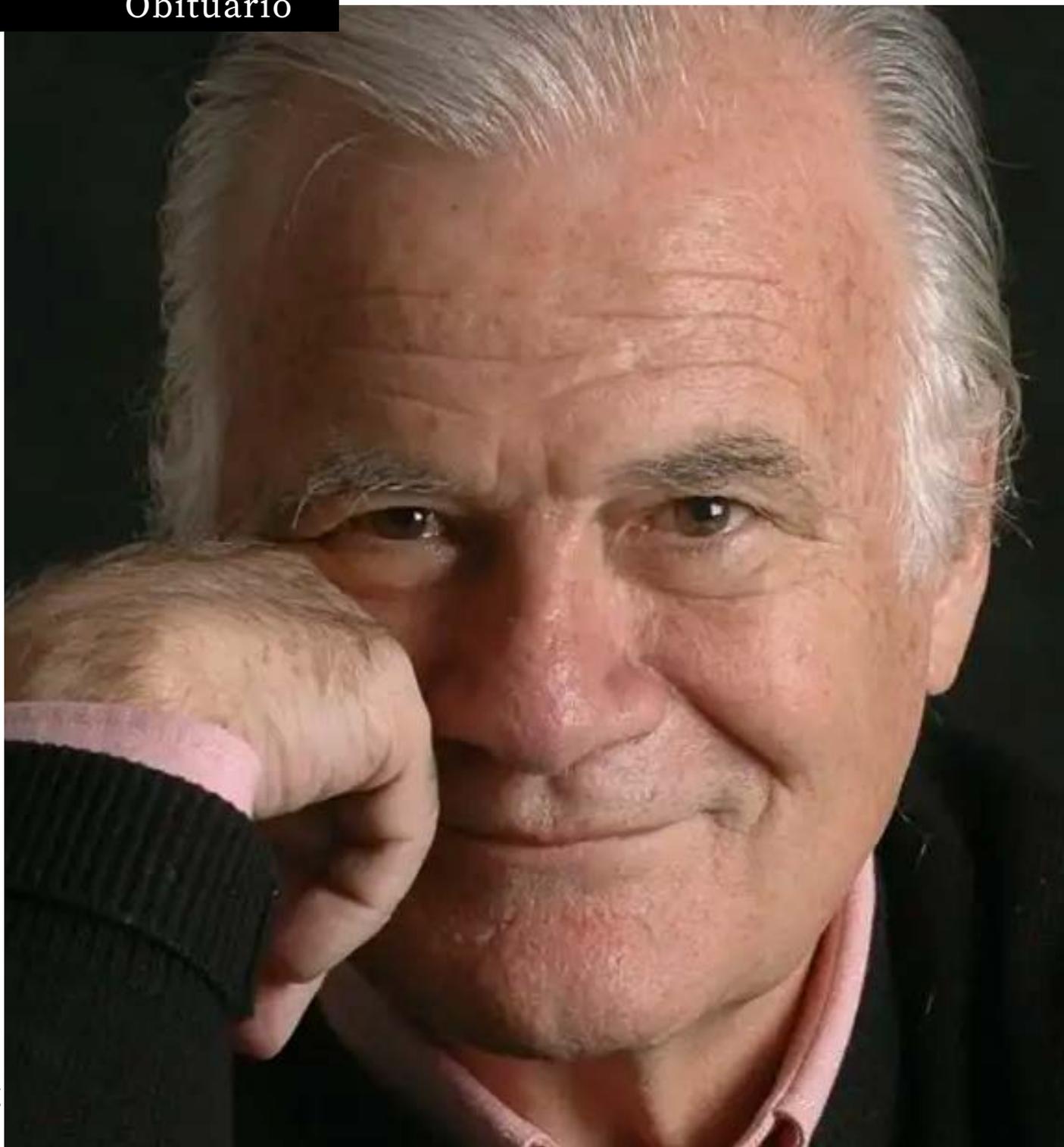
sas riquezas. O momento exige a participação de todos e todas. Em São Paulo, teremos o principal ato, com mobilização marcada para às 9h da manhã, na Praça da República. Nossa luta tem lado: o lado do povo. Reivindicamos um novo modelo de país, com reforma tributária justa, taxaço dos super-ricos, fim dos privilégios, valorização dos salários, redução da jornada de trabalho com o fim da escala 6x1 e justiça climática.

Defendemos um Estado que garanta saúde, educação, transporte, saneamento básico, moradia, água potável, energia, preservação ambiental, terra, trabalho e alimentação saudável. Seguiremos exigindo prisão para os golpistas que atentaram contra a democracia no 8 de janeiro de 2023. Não pode haver anistia para quem tentou um golpe. Ditadura nunca mais! É com governos de-

mocráticos e com o povo organizado que construiremos cidades mais justas, soberania alimentar, transição energética popular e uma nova economia baseada na solidariedade e na valorização da vida, não do lucro.

Nosso projeto é o da vida, da partilha e da construção de uma democracia com participação popular. Neste 7 de Setembro, vamos tomar as ruas com nossas bandeiras, nossas vozes e com a certeza de que o Brasil precisa ser governado para quem vive e trabalha nele. A soberania pertence ao povo brasileiro — e é por isso que sairemos às ruas neste 7 de Setembro por um Brasil justo, democrático e soberano e dizer que quem manda no Brasil é o povo brasileiro. ■

Raimundo Bonfim é coordenador nacional da Central de Movimentos Populares (CMP)



Carta Capital

# Morre Mino Carta, um dos maiores nomes do jornalismo brasileiro

# Mino foi responsável por redefinir a linguagem jornalística e por construir veículos que marcaram gerações de leitores e profissionais.

Henrique Nunes

**O** jornalismo brasileiro perdeu nesta terça-feira, 2 de setembro de 2025, um de seus personagens mais marcantes.

Demétrio “Mino” Carta, fundador de algumas das principais revistas e jornais do país, morreu em São Paulo aos 91 anos, após semanas de internação.

Dono de uma trajetória que atravessou mais de seis décadas de imprensa, Mino redefiniu a linguagem jornalística e construiu veículos que formaram gerações de leitores e profissionais.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva manifestou pesar pela morte do amigo e decretou três dias de luto oficial. “Recebi com profunda tristeza a notícia da morte do meu amigo Mino Carta.

Um dos maiores jornalistas da história do nosso país. Corajoso, dono de espírito crítico e inovador, fundou ou ajudou a fundar algumas das principais revistas e jornais brasileiros (...). Sua trajetória foi marcada pelo compromisso com a democracia, pela busca da verdade e pela defesa de um país mais justo e igualitário”, escreveu Lula.

## Inovação e coragem diante do poder

Nascido em Gênova, na Itália, em 1933, chegou ao Brasil ainda jovem, em meio às consequências da Segunda Guerra Mundial. Logo cedo mergulhou no universo da

escrita e encontrou no jornalismo sua vocação.

Aos 16 anos publicou seus primeiros textos e, poucos anos depois, já estava envolvido em grandes projetos editoriais. Sua carreira foi marcada pelo espírito inovador e pela coragem de enfrentar os poderes constituídos, mesmo durante a ditadura militar brasileira, quando denunciou casos de tortura em *Veja* e sofreu interrogatórios por isso.

Colegas da redação também lembram sua presença imponente e capacidade de liderança. Em memória publicada pela *CartaCapital*, ficou registrado que “Mino ditava o ritmo, tocava e carregava o piano”, evocando o ambiente intenso de sua sala, onde jornalistas entravam apreensivos e saíam impactados pelo rigor e pela paixão com que ele conduzia o trabalho. Em 1960, fundou *Quatro Rodas*, revista que inaugurou uma nova forma de falar de automobilismo no Brasil.

Poucos anos depois, revolucionou o jornalismo impresso ao criar, com outros nomes, o *Jornal da Tarde*, considerado até hoje um marco pelo estilo moderno de diagramação e pelo texto mais literário. Em 1968, com a criação da *Veja*, tornou-se referência definitiva ao consolidar a ideia de uma revista semanal de informação no país.

## Uma trajetória que moldou a imprensa

Nos anos seguintes, não parou de ousar. Foi um dos fundadores da *IstoÉ*, em 1976, e idealizou o

efêmero, mas simbólico, *Jornal da República*. Em todos esses projetos, manteve-se fiel à defesa de um jornalismo crítico, atento à democracia e às contradições do poder. Essa postura o levou a embates com a ditadura militar, quando publicou reportagens sobre tortura e perseguições, enfrentando pressões e riscos pessoais.

Em 1994, lançou aquele que seria o projeto de sua vida: a revista *CartaCapital*. Ao longo de três décadas, transformou a publicação em espaço de resistência, análise crítica e cobertura aprofundada da política nacional. Sob sua direção, a revista produziu reportagens de grande impacto, sempre com independência editorial e compromisso com a verdade factual.

Além da atuação jornalística, Mino se aventurou na literatura, com romances como *O Castelo de Âmbar* e *A Sombra do Silêncio*, nos quais levou para a ficção seu olhar atento sobre o Brasil. Recebeu diversas homenagens e prêmios ao longo da vida, mas seu maior legado foi a influência sobre gerações de jornalistas, que aprenderam com ele a valorizar a ética, a coragem e a clareza diante dos fatos.

Mino Carta deixa não apenas uma obra editorial robusta, mas também a lembrança de um jornalista que ousou sonhar com uma imprensa livre, crítica e comprometida com a democracia. Sua morte encerra um ciclo, mas sua trajetória permanece como referência incontornável da história da comunicação no Brasil. ■



Tomaz Silva/Agência Brasil

Grito dos Excluídos chega à 31ª edição com atos em todo o país por democracia, soberania e justiça fiscal

# Brasileiros vão às ruas em 7 de setembro por democracia, soberania e justiça fiscal

Movimentos sociais, partidos e o Grito dos Excluídos organizam atos em todo o Brasil no Dia da Independência, com pautas por soberania, direitos trabalhistas e justiça fiscal

Rose Silva

**M**ovimentos sociais, partidos políticos e o Grito dos Excluídos organizam para o próximo dia 7 de setembro manifestações em todo o Brasil em defesa da democracia, da soberania e da justiça fiscal. A mobilização é construída

por frentes populares e movimentos sociais que buscam transformar a data em um dia de luta por direitos.

Neste ano, as manifestações estarão vinculadas ao Plebiscito Popular, iniciativa que propõe ampliar direitos trabalhistas com o fim da escala 6x1 e promover justiça fiscal por meio da isenção do imposto de renda para os mais pobres e da taxaço dos super-ricos.

Segundo Rosilene Wansetto, responsável pelo Jubileu Sul, o Grito acontece há 31 anos e desde o seu princípio busca ressignificar a semana da pátria, tradicionalmente associada ao desfile militar.

“Nossa perspectiva é que seja o dia em que as pessoas possam se manifestar no sentido da participação democrática da sociedade, um momento de participação popular tomando também os símbo-



Maria Fernanda Marcelino:  
 “Estaremos na rua para dizer que não aceitamos ingerência estrangeira e desigualdade fiscal”.

los que são nossos, a bandeira, o hino. Esse é o momento também de pautar os problemas estruturais do Brasil, a necessidade de políticas públicas”, afirma.

## Respostas aos ataques externos

Neste ano, com os ataques do governo Trump ao Brasil e o tarifaço, o debate sobre soberania ganha ainda mais centralidade. E o Grito vai realizar atos em todos os estados brasileiros, não somente nas capitais, mas também em várias cidades do interior.

“O exercício da democracia não acontece só em processos eleitorais, faz parte do nosso dia a dia. A rua é o lugar de defender a nossa democracia, de fazer com que a nossa voz seja ouvida. Então, desde sempre, a gente reforça que ocupar ruas e praças é o lugar de fazer política e exercer nossa cidadania.”

Para o Secretário de Mobilização e Relação com os Movimentos Sociais da Executiva Nacional da

CUT, Milton Rezende, o momento que o país vive exige uma resposta da sociedade democrática.

“Nossa ideia é transformar o sete de setembro em um grande dia da defesa da soberania do nosso país, da defesa da democracia. E agregar nesse movimento pautas que são muito importantes para os movimentos sociais. Estamos aí na campanha pela redução da jornada, pelo fim da jornada seis por um, estamos também na rua com o plebiscito pela taxaço das grandes fortunas e isenção para quem ganha até sete mil reais, mas nós estamos também colocando o tema do emprego, do meio ambiente.”

## Pautas sociais e trabalhistas

Maria Fernanda Marcelino, da Executiva Nacional da Marcha Mundial de Mulheres, afirma que este 7 de setembro tem o sentido de defender a autodeterminação do Brasil e dos povos da América Latina, porque os ataques se es-

tendem a outros países.

“Trata-se de ameaça permanente, se você não estiver a serviço de um poderio econômico, militar, pode ser penalizado. Estaremos na rua para dizer ao Trump ou qualquer outro presidente estadunidense que ele não manda aqui, que definimos nós quem vai para a cadeia, que a gente não aceita a ingerência de outro governo.”

Ela destaca que a desigualdade na cobrança de impostos e as leis trabalhistas que impõem jornadas de trabalho absurdas prejudicam especialmente as mulheres, que são as pessoas que estão nos serviços, estão nos cuidados, estão nos trabalhos mais precarizados.

“Esse é um assunto também que envolve direito, desigualdade, soberania sobre o nosso próprio tempo. Combater a pobreza por meio de uma taxaço justa, isentar quem ganha até cinco mil reais do imposto de renda e cobrar um pouco mais das pessoas mais ricas, estaremos nas ruas também por isso.” ■



Waldemir Barreto/Agência Senado

# CPMI vai enviar ao STF pedidos de prisões de acusados de fraudes no INSS

## Comissão investiga descontos ilegais na folha de pagamento de aposentados e pensionistas

Redação Focus Brasil

**N**esta segunda-feira (1), em reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), os parlamentares decidiram pedir a prisão preventiva de 21 denunciados por participação no esquema fraudulento.

Entre o grupo de suspeitos de envolvimento, o colegiado vai enviar ao relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF), ministro André Mendonça, uma solicitação para que sejam presos preventivamente, os principais denunciados: Antônio Carlos Ca-

milo Antunes, conhecido como “Careca do INSS”, de Alessandro Stefanutto, ex-presidente do instituto.

Antunes é apontado como o operador do esquema, responsável pela intermediação junto às associações que fraudaram R\$ 6,3 bilhões de aposentados e pensionistas. Alguns dos outros nomes são: Maurício Camisotti, Antônio Carlos Camilo, Antônio Luz, Fernando de Araújo, Márcio Alaor, André Fidelis, Virgílio Antônio Ribeiro, Eric Fidelis e Ramon Novais.

O relator da CPMI, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), afirmou que todos esses nomes constam do inquérito-mãe conduzido pela Polícia Federal sobre descontos ilegais de aposentados e pensionistas do INSS. Ele disse

ainda que o inquérito conta com mais de 3 mil páginas, “todas fundamentadas”. Para o deputado, a medida preventiva é necessária para garantir a coleta de provas para instrução do processo e aplicação da lei.

Segundo o senador Carlos Viana (Podemos-MG), a comissão intensificará os trabalhos e pretende fazer três sessões por semana. A ideia é aumentar o ritmo devido à “grande quantidade de material” por análise da CPMI.

Já na segunda-feira (8), a comissão pretende ouvir Carlos Lupi, que foi ministro da Previdência durante o atual governo Lula, quando a operação explodiu. A agenda vai depender da aceitação de Lupi, que caso responda negativamente, poderá ser intimado a comparecer em sessão da comissão.



# Julgamento de Bolsonaro no STF é marco da democracia

Em artigo, Lindbergh Farias, deputado federal e líder do PT na Câmara, defende punição exemplar a Bolsonaro e aliados para romper o ciclo de impunidade e reafirmar a soberania nacional

Lindbergh Farias

O julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro pelo Supremo Tribunal Federal (STF) representa um marco decisivo na história democrática do Brasil. Marcado para ocorrer entre 2 e 12 de setembro de 2025, o processo judicial é uma resposta institucional à tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022, envolvendo Bolsonaro e aliados próximos.

Antes de mais nada, trata-se de demonstrar a resiliência das instituições democráticas frente a ataques coordenados por extre-

mistas que buscaram subverter a ordem constitucional.

A Primeira Turma do STF, composta pelos ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Luiz Fux, julgará Bolsonaro e mais sete golpistas por crimes graves. São acusados, entre outras coisas, de formar organização criminosa armada e de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado e deterioração do patrimônio público.

A denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) detalha um plano torpe, que incluía desde a depredação de patrimônio público em 8 de janeiro de 2023 até o assassinato de autoridades, como

o presidente Lula, o vice Geraldo Alckmin e ministro Alexandre de Moraes.

A população brasileira deve atentar para o fato de que a conexão entre Bolsonaro e facções militares de extrema direita remonta à ditadura militar brasileira (1964-1985). Figuras como o general Augusto Heleno, hoje réu no processo, estiveram ligadas a eventos como a tentativa de golpe de 1977 liderada pelo general Sylvio Frota.

Esses grupos históricos perpetuaram uma cultura de violência e impunidade, com atentados a bomba contra instituições democráticas, como o ataque à sede da OAB-RJ em 1980, que matou Lyda Monteiro da Silva, e o atentado do Riocentro em 1981, que visava



atribuir à esquerda um massacre de civis.

Foi a impunidade desses crimes passados que alimentou a ousadia de grupos extremistas contemporâneos. Bolsonaro, por exemplo, publicamente lamentou a “brandura” da ditadura brasileira em comparação com a argentina e chilena. Ele é herdeiro direto dessa tradição violenta e por isso deve ser punido exemplarmente.

Hoje, ao contrário do passado, quando crimes políticos frequentemente ficavam impunes e sem apuração, as investigações lideradas pela Polícia Federal (PF) e pela Procuradoria-Geral da República foram rigorosas e baseadas em evidências concretas.

Mensagens interceptadas mostram articulações para coagir o STF, incluindo, mais recentemente, pressões via governo dos EUA para aplicar sanções a ministros brasileiros. O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho do ex-presidente, foi indiciado por coação no curso do processo e atentado à soberania nacional após atuar nos EUA para influenciar

políticas contra o Brasil.

Assim, hoje o caso transcende fronteiras. Eduardo Bolsonaro, ao negociar com o governo Trump para impor tarifas comerciais e sanções a autoridades brasileiras, cometeu atos que, se praticados por um cidadão americano, poderiam ser classificados como traição punível com morte nos EUA. Por isso mesmo, protocolei projeto de lei, que prevê penas de 20 a 40 anos para “alta traição à pátria”, para fechar lacunas legais para crimes contra a soberania nacional.

A campanha de desinformação contra instituições como o Banco do Brasil, orquestrada por bolsonaristas, e as tentativas de terrorismo econômico mostram que os métodos da extrema direita evoluíram, mas sua essência permanece: semear o caos para desestabilizar a democracia.

O julgamento de Bolsonaro é mais que um processo penal; é um teste decisivo para a democracia brasileira. A histórica impunidade de golpistas – desde os militares de 1964 até os terroristas

do Riocentro – encorajou a escalada de violência que culminou nos eventos de 8 de janeiro. Punir exemplarmente os responsáveis é romper com esse ciclo perverso e enviar uma mensagem clara: ataques à democracia não serão tolerados.

A sociedade brasileira deve apoiar as instituições judiciais neste momento crítico. Permitir que criminosos escapem da Justiça seria repetir os erros do passado e arriscar o futuro da nação. O Brasil tem a oportunidade única de consolidar o Estado de Direito e garantir que extremistas nunca mais desafiem a vontade popular impunemente.

O Brasil não pode se curvar a ameaças, pressões ou chantagens de quem vive de instabilidade e caos. É hora de reafirmar: nossas instituições são mais fortes que os surtos autoritários de qualquer clã. O país não será refém da alucinação de uma família em colapso. ■

Lindbergh Farias é Deputado federal (PT-RJ) e líder do PT na Câmara dos Deputados

# A semana no mundo: novos blocos, velhas crises

Cúpula da OCX cria Banco de Desenvolvimento na China, terremoto no Afeganistão deixa mais de mil mortos e França enfrenta ameaça de greve geral

Organização: Fernanda Otero

Da China ao Afeganistão, passando pela França, a semana foi marcada por contrastes entre construção de alternativas globais e desafios sociais e humanitários.

Em Tianjin, líderes do Sul Global criaram o Banco de Desenvolvimento da OCX, buscando maior autonomia financeira frente ao Ocidente. Ao mesmo tempo, um

terremoto devastador no Afeganistão deixou milhares de vítimas, enquanto na Europa a França se prepara para uma greve geral contra medidas de austeridade.



## Cúpula da Organização de Cooperação de Xangai (OCX) 2025 termina com a decisão do bloco criar um Banco de Desenvolvimento

Reuniram-se em Tianjin, na China, o presidente da China, Xi Jinping, da Rússia, Vladimir Putin, e da Índia, Narendra Modi, para a Cúpula da Organização de Cooperação de Xangai, OCX, de 2025. Chefes de Estado de pelo menos outros 17 países também participaram – entre eles Irã, Vietnã, Paquistão, Egito, Turquia, Armênia, Azerbaijão, Laos e Cam-

boja. Em seu documento final os Estados-membros ressaltaram “a importância de estabelecer o Banco de Desenvolvimento da OCX e decidiram criá-lo

“Defendemos que se acelere a resolução quanto à conexão do banco autorizado da República Islâmica do Irã aos trabalhos da IBO (Associação Interbancária)”. A declaração também afirma

que os países da OCX opõem-se a quaisquer medidas coercitivas unilaterais, inclusive de natureza econômica.

“As partes interessadas tomaram a decisão de estabelecer o Banco de Desenvolvimento da OCX, um evento da maior importância, algo que vinha sendo preparado há muito tempo. As negociações foram longas, e agora os Estados-membros chegaram a esta decisão”, disse o secretário-geral da OCX, Nurlan Yermekbayev, em uma coletiva de imprensa após a cúpula.

Em coletiva de imprensa no encerramento da cúpula, o presidente chinês Xi Jinping disse que a relação China-Rússia se tornou um exemplo de laços entre grandes países, uma amizade permanente de boa vizinhança, coordenação estratégica abrangente e cooperação mutuamente benéfica. Xi Jinping manifestou o desejo de trabalhar em conjunto com todos os países que pensam da mesma forma para salvaguardar os propósitos e princípios da Carta da ONU, e construir um sistema de governança global mais justo e equitativo.



## Socorristas buscam sobreviventes após terremoto que matou mais de 1.100 no Afeganistão

Em meio aos escombros de casas destruídas por um forte terremoto no leste do Afeganistão, equipes de resgate seguem com buscas por sobreviventes. A Sociedade da Cruz Vermelha Afegã que atua na região, contabiliza pelo menos 1.124 mortos e 3.251 feridos.

O tremor, de magnitude 6,0 na escala Richter, atingiu áreas remotas de províncias montanhosas próximas à fronteira com o Paquistão. Pelo menos cinco fortes sismos sacudiram a mesma região após o tremor principal.

Várias agências da ONU relataram devastação generalizada em quatro províncias, incluindo Nangarhar e Kunar, onde funcionários e agentes humanitários estão em busca de auxílio.

O fato de o terremoto ter ocorrido por volta da meia-noi-

te aumentou o temor de que um número significativo de vítimas ainda permaneça soterrada sob os escombros de suas casas. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) informou que muitas crianças estão entre os mortos. Além disso, os primeiros socorristas relataram que a precária qualidade das comunicações na região montanhosa dificulta as operações de resgate e a avaliação dos estragos.

Centros de controle de abalos explicam que o epicentro do tremor foi localizado a uma profundidade relativamente rasa, de cerca de oito quilômetros, o que amplifica seu poder de destruição. Edifícios registraram movimento nas capitais Cabul, no Afeganistão, e Islamabad, no Paquistão.

(com informações da ONU)

## França enfrenta ameaça de paralisação nacional com apoio de partidos de esquerda

Partidos políticos mainstream, incluindo a esquerda, aderiram ao anúncio de greve geral nacional na França, inicialmente restritos a fóruns online marginais. As autoridades preveem protestos no dia 10 de setembro, dois dias após uma moção de censura que pode derrubar o governo do primeiro-ministro François Bayrou.

A campanha “Bloquons tout” (Vamos bloquear tudo) viralizou defendendo manifestações e greve geral de serviços como resposta ao pacote de austeridade do governo que prevê cortar dois feriados nacionais e congelar benefícios sociais e pensões. A medida, anunciada em julho, desencadeou uma crise política.

Partidos como o França Insubmissa (LFI), Ecologistas e o Partido Comunista Francês endossaram publicamente os protestos. Jean-Luc Mélenchon, líder do LFI, declarou que “é legítimo resistir quando o governo escolhe estrangular o povo”. A Agência France 24/7 informou que a CGT (maior central sindical francesa) está dividida sobre o apoio à paralisação.

### Eco dos Coletes Amarelos

O movimento que cresceu nas últimas semanas tem sido comparado aos Coletes Amarelos, Gilets Jaunes, de 2018, que paralisaram a França por meses. Na época, protestos emergiram de demandas contra o aumento de combustíveis proposto por Macron, mas evoluíram para uma revolta contra desigualdade social e reformas neoliberais. Durante os protestos, ocorreram 11 mortes com mais de 4.000 feridos, registrou o INSEE (Instituto Francês de Estatística).

29/08/2010

## Cresce cooperação entre Brasil e África

Na primeira década do século 21, o Brasil define o continente africano como área estratégica para relações de comércio e de cooperação Sul-Sul.

Durante seus dois mandatos, o presidente Lula visitou 29 países do continente e renegociou a dívida de nações na região em um montante total de US\$ 1 bilhão (75% do total da renegociação de dívidas pelo governo brasileiro no período).

As relações diplomáticas entre o Brasil e os países da África se intensificaram entre 2002 e 2010. Nesse período, foram abertas 19 novas embaixadas brasileiras — totalizando 37 —, fazendo do Brasil o 5º país não africano com maior representação diplomática

no continente, atrás apenas de Estados Unidos, China, França e Rússia. No mesmo intervalo, 17 missões de países da África inauguram escritórios em Brasília.

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) se fortalecia, assim como as ações na área de cooperação educacional internacional. Em 20 de julho de 2010, era inaugurado, em Redenção (Ceará), o primeiro campus da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

As ações horizontais de cooperação entre o governo brasileiro e os governos de países africanos se multiplicavam, com missões técnicas em urbanismo e infraestrutura, segurança alimentar e

saúde.

A cooperação incluía áreas tão diversas como a agricultura, com papel de destaque para a assistência técnica da Embrapa, e a defesa, com a estruturação da Marinha da Namíbia pela Marinha brasileira e constantes atividades da Embraer no continente.

O comércio exterior entre Brasil e África quadruplicou em oito anos, passando de US\$ 5,38 bilhões para US\$ 20,558 bilhões. O BNDES intensificou o incentivo a exportações de empresas brasileiras para a África: só no biênio 2008-2009, foi investido mais de R\$ 1,1 bilhão.

A Vale e a Petrobras também ampliaram exponencialmente sua atuação no continente africano.

02/09/1968

## Regime usa discurso para baixar o AI-5



O deputado Márcio Moreira Alves, do MDB da Guanabara, jornalista e autor do livro “Torturas e Torturados”, faz mais um discurso denunciando os abusos praticados pelos órgãos de segurança. Pede que os pais não permitam que os filhos desfilem no Sete de

Setembro ao lado de militares “carrascos” e que as moças não dancem com cadetes no baile da Independência.

O discurso teve pouca repercussão, mas os ministros militares o consideraram uma ofensa às Forças Armadas. No dia 12 de setembro, o procurador-geral da

República, Décio Miranda, solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) a cassação do mandato do deputado, por “uso abusivo do direito de livre manifestação e pensamento e injúria e difamação das Forças Armadas”.

Para abrir o processo contra Márcio, o STF teve de pedir licença à Câmara dos Deputados, conforme determinava a Constituição. A resistência da maioria dos parlamentares, incluindo boa parte da bancada da Arena, abriu uma crise política. A licença para o processo de cassação seria negada pelo plenário em 12 de dezembro, servindo de pretexto ao fechamento do Congresso e à edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5) no dia seguinte.



01/09/1941

## Censo revela: somos mais de 40 milhões

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) lança a sinopse do Recenseamento Geral de 1940. É o quinto recenseamento da população feito no país (o primeiro do IBGE), o segundo censo da agricultura e da indústria e o primeiro levantamento do comércio, transportes, das comunicações e dos serviços existentes.

O censo também pesquisou o número de estrangeiros que viviam no Brasil e os idiomas que os habitantes falavam em suas casas. Outra novidade foi a coleta de informações sobre o número de sindicalizados, as propriedades imobiliárias e a participação em instituições de previdência e seguros sociais.

Devido a uma série de problemas, os resultados finais do Censo só foram conhecidos em 1946, quando se constatou que, em 1940, o Brasil tinha 41.236.315 ha-

bitantes.

O censo ficaria marcado para a população pela música “Recenseamento”, de Assis Valente, que fez muito sucesso na voz de Cármen Miranda:

*“Em 1940 lá no morro começaram o recenseamento*

*E o agente recenseador esmiuçou a minha vida*

*Que foi um horror!*

*E quando viu a minha mão sem aliança*

*Encarou para a criança que no chão dormia*

*E perguntou se meu moreno era decente*

*E se era do batente ou era da folia.*

*Obediente eu sou a tudo que é de lei.*

*Fiquei logo sossegada e falei então:*

*— O meu moreno é brasileiro, é fuzileiro,*

*e é quem sai com a bandeira do seu batalhão!*

*A nossa casa não tem nada de grandeza*

*Nós vivemos na pobreza sem dever tostão*

*Tem um pandeiro, tem cuíca, um tamborim*

*Um reco-reco, um cavaquinho e um violão!*

*Fiquei pensando e comecei a descrever*

*Tudo, tudo de valor que meu Brasil me deu:*

*Um céu azul, um Pão de Açúcar sem farelo*

*Um pano verde e amarelo,*

*Tudo isso é meu!*

*Tem feriado que pra mim vale fortuna*

*A Retirada da Laguna vale um cabedal!*

*Tem Pernambuco, tem São Paulo, tem Bahia,*

*um conjunto de harmonia que não tem rival!”*



04/09/1969

## O ousado sequestro do embaixador dos EUA

Na mais espetacular ação da guerrilha urbana, um grupo formado por militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) captura o embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, numa rua de Botafogo, no Rio. Em troca do diplomata, as duas organizações passam a exigir a libertação de 15 presos políticos e a divulgação em rádio e TV de um manifesto revolucionário. O prazo fixado para resposta é de 48 horas.

O sequestro surpreendeu a Junta Militar, que havia assumido o poder poucos dias antes. Alguns oficiais das Forças Armadas foram contra a libertação dos presos, mas a pressão do governo dos EUA, fiador do golpe de 64 e da ditadura brasileira, falou mais alto. Washington exigiu que tudo fosse feito para resgatar com vida seu embaixador. Durante três dias, o Rio foi tomado por um imenso aparato policial e militar, que vasculhou toda a cidade em busca dos sequestradores e do diplomata norte-americano.

A casa onde eles estavam, na rua Barão de Petrópolis, chegou a ser vigiada por agentes da Marinha, mas não foi invadida – seja porque os agentes da repressão não tinham certeza de que Elbrick se encontrava no local, seja porque as ordens eram claras para que a vida do embaixador não fosse colocada em risco.

Encurralada, a Junta cedeu às exigências, e os 15 presos foram enviados para o México, que aceitou recebê-los. Entre os libertados estavam os líderes estudantis Vladimir Palmeira, José Dirceu e Luiz Travassos, o dirigente histórico do PCB Gregório Bezerra, o jornalista Flavio Tavares e o líder da greve de Osasco, José Ibrahim. Os demais eram membros de organizações revolucionárias, como a ALN, o MR-8 e a VPR. Para formalizar a libertação de presos, que nem sequer respondiam a processo, foi assinado às pressas o Ato Institucional nº 13, implantando o banimento do país.

O embarque dos “banidos” num Hércules da FAB e a viagem ao México foram cercados de ten-

são, devido ao temor de que o avião fosse atacado no solo ou em voo por militares descontentes com a libertação dos presos políticos. Depois da chegada do grupo na Cidade do México, o embaixador Elbrick foi libertado pelo comando da ALN e do MR-8. Era um domingo, 7 de Setembro, Dia da Independência do Brasil e da maior humilhação até então imposta à ditadura.

Dois dias depois, foi baixado o AI-14, instituindo a pena de morte e a prisão perpétua em casos de “guerra revolucionária e subversiva”. Nos anos seguintes, em ações cada vez mais desgastantes e arriscadas, seriam sequestrados e trocados por presos políticos os embaixadores da Alemanha e da Suíça e o cônsul do Japão em São Paulo.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para [memoria@fpabramo.org.br](mailto:memoria@fpabramo.org.br)

[memorialdademocracia.com.br](http://memorialdademocracia.com.br)



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

# PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO *que transforma*

 @fpabramo

 @fpabramo

 Fundação Perseu Abramo

 (11) 5571-2609

 fpabramo.org.br

 teoriaedebate.org.br

 fpabramo.org.br/focusbrasil

formação **FPA**

DIRETORIA DE  
FORMAÇÃO  
ESCOLA  
NACIONAL DE  
FORMAÇÃO

**NAPPs**

**NOPPE**  
Núcleo de Estudos em Políticas Públicas e Políticas Sociais



Centro de  
Documentação e  
Estudos Políticos  
Sérgio Buarque  
de Holanda